



ATA DA 135ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – 28 DE ABRIL DE 2026

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se a 135ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), na Avenida Benedito Isaac Pires, nº 35, Parque Dom Henrique, Cotia/SP. O encontro ocorreu de forma presencial, com a participação dos conselheiros e convidados, conforme lista de presença anexa. Foi apresentada a pauta do dia, composta pelos seguintes itens: 1. Apresentação para deliberação da Ata da reunião ordinária 134ª; 2- Devolutiva das comissões de trabalho; 3- Cronograma de visitas nas ILPIs; 4- Aditamento de Vagas sociais em ILPI; 5- Edital de chamamento público e inclusão dos assuntos extra pauta: Talentos Partilhados, Denúncias registradas no disque 100 em estabelecimentos farmácia e Edital Acqua Sênior para atender pessoas idosas. A presidente do CMDPI Marcela de Fátima Lino iniciou a reunião agradecendo a gestão anterior, destacando a condução de Maria Angélica na presidência representando o poder público. Registrou a transição atual, em que a presidência passa a ser ocupada pela sociedade civil, permanecendo Maria Angélica como vice-presidente. Ressaltou o trabalho coletivo realizado ao longo do último ano e o aprendizado compartilhado entre os membros. Houve sugestão de colocar na pauta quem são as instituições ou qual comissão específica. A presidente pontuou que, por se tratar de sua primeira condução como presidente, poderiam ocorrer eventuais falhas, pedindo compreensão dos presentes. Em seguida passou para o item 1. apresentação para deliberação da Ata da reunião ordinária 134ª e ata 24ª da reunião conjunta (CMDPI e CMDCA), já encaminhada previamente aos membros. Também não houve apontamentos, sendo considerada aprovada pela plenária. 2- Devolutiva das comissões de trabalho. A comissão de análises de documentos apresentou a análise documental de algumas instituições. Foi informado que as instituições foram notificadas por e-mail para adequações devido a divergência na documentação apresentada. Foram citadas a relação das Instituições: Flores do Édem, Lírio do Vale, Instituto Morgan e a Paulus, esse para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Dando continuidade a plenária tomou ciência dos apontamentos apresentados pela Comissão. **3- Cronograma de visitas nas ILPIs.** Foi apresentada a relação contendo os nomes das 20 instituições de longa permanência para idosos de Cotia. A proposta definida pela plenária é de realizar duas visitas por semana, com início no mês de agosto. Durante a reunião, houve discussão acerca do papel do Conselho do Idoso, sendo destacado que não compete ao conselho o acompanhamento direto de famílias ou a elaboração de relatórios técnicos individuais, atribuição está vinculada principalmente ao CREAS. Informou-se que já foram realizados encaminhamentos conjuntos entre CREAS e Conselho, com envio de pareceres ao Ministério Público. Foi discutida a importância da Vigilância Socioassistencial como responsabilidade do município, não podendo ser terceirizada. Contudo, ressaltou-se que empresas podem ser contratadas para apoiar diagnósticos específicos, sem substituir a função da vigilância. Informou-se que o município já conta com empresa responsável pelo sistema, denominada Liege, que vem aprimorando os dados e produzindo diagnósticos. Esses dados incluem levantamento da população idosa atendida pelos serviços CRAS e CREAS, permitindo identificar demandas como necessidade de ILPI, implantação de Centro-Dia do Idoso e Serviço de Convivência. Também foi destacado que o sistema depende da alimentação correta de dados. Haverá capacitação das entidades para inserção direta no sistema e, futuramente, informações como o PIA poderão ser integradas e acessadas pelo Ministério Público. Foi informado que uma apresentação oficial desses dados será realizada posteriormente aos conselheiros. No item 4 – Aditamento de vagas sociais em ILPI, discutiu-se o reordenamento da rede diante da realidade atual, marcada por demanda reprimida e superlotação, bem como a necessidade de planejamento futuro para edital de vagas. Informou-se que chegaram ao Conselho dois pedidos de aditamento, sendo que a demanda do Recanto da Vovó foi apresentada pelo CREAS, diante da existência de casos aguardando vaga social. Foram



apresentadas as seguintes solicitações: Lar Cândido Xavier: 2 vagas; Recanto da Vovó: 5 vagas grau III. O conselheiro Marcelo, membro da Comissão de Finanças, apresentou análise financeira dos pedidos, informando os seguintes valores: Recanto da Vovó: R\$ 224.000,00; Lar Cândido Xavier: R\$ 78.848,00, referentes ao período de maio a dezembro. A Comissão de Finanças emitiu parecer favorável aos pedidos de aditamento de vagas para o Recanto da Vovó e Lar Cândido Xavier. Adriano apresentou informações sobre os valores ingressados no Fundo e o saldo final disponível. Colocado em deliberação, o aditamento foi aprovado pela plenária. No item 5 – Edital de chamamento público, diante da aprovação dos aditamentos das vagas nas ILPIs citadas para atendimento imediato da demanda, foi ressaltada a necessidade de articulação com a área da Saúde para definição das responsabilidades relacionadas ao atendimento de idosos graus III, tema que vem sendo discutido em âmbito nacional. Maria Angélica informou a necessidade de reordenamento dos serviços de acolhimento para até 20 atendidos. Iniciou-se discussão sobre o edital, sendo levantados os seguintes pontos: necessidade de evitar decisões apressadas; reavaliação da demanda real antes da publicação do edital; alinhamento com a política pública e com a Saúde, especialmente em relação ao grau III; organização do edital para vigência anual completa, de janeiro a dezembro; possível inconsistência na estimativa de demanda anteriormente apresentada. Ficou evidente a necessidade de: revisão técnica da demanda; reordenamento dos serviços; maior alinhamento entre Secretaria e Conselho antes da publicação do edital. Também foi apontada a necessidade de avaliar a situação atual das ILPIs, resolver demandas já existentes, especialmente superlotação, e revisar o plano de recursos humanos das instituições. Sobre o edital, esclareceu-se que o processo se encontra em análise jurídica. A quantidade de vagas poderá ser revista após análise dos dados. As vagas atuais atendem apenas até dezembro, sendo insuficientes para a demanda futura. Informou-se ainda que os recursos do edital possuem alto custo, são oriundos do Estado e dependem de deliberação do CMAS. Reforçou-se a necessidade de conduzir o processo com cautela e zelo. A gestão sugeriu utilizar os próximos meses para aprofundar os estudos, uma vez que o processo ainda não retornou do jurídico. A proposta é iniciar, no segundo semestre, os trabalhos relacionados ao edital, incluindo o planejamento do Centro-Dia do Idoso. Ressaltou-se que esse planejamento sempre foi realizado no segundo semestre e precisa ser retomado. Maria Angélica reforçou que todos os serviços devem ser planejados para execução de janeiro a dezembro. A presidente solicitou esclarecimentos, considerando que o tema do edital já havia sido deliberado em reunião do CMDPI e que a iniciativa partiu da própria gestão. Destacou tratar-se de serviço tipificado, e não de serviço novo. Adriano reforçou que o edital ainda está no jurídico e ressaltou a necessidade de reordenamento, revisão das vagas, levantamento da média de acolhimento e análise do grau de dependência dos usuários. Maria Angélica destacou que não há diferenciação de valores por grau de dependência dentro da tipificação. Também foi discutida a exigência de maior número de profissionais para atendimento de idosos graus III, conforme RDC 502, sendo o serviço vinculado à assistência social, porém submetido à legislação da saúde. Durante a reunião, uma representante de ILPI relatou divergências nas orientações recebidas durante visitas de órgãos competentes acerca da proibição de atendimento a idosos graus III. Destacou-se a necessidade de atenção à evolução do quadro dos idosos acolhidos nas instituições. Foi mencionado que os cuidados paliativos são atribuição da saúde. Foi apresentado o caso de uma idosa acolhida que passou a apresentar grau III de dependência, cuja família resiste à transferência para local adequado. A presidente sugeriu realização de visita ao caso. Informou-se que a situação já se encontra no Ministério Público, aguardando manifestação, e no CREAS. Adriano da SDS sugeriu a criação de uma comissão para estudo sobre o reordenamento. A presidente mencionou o levantamento de dados junto à Vigilância Socioassistencial, tema deliberado em conferência. Em resposta, Maria Angélica esclareceu que o município já possui empresa responsável pelo sistema da prefeitura, responsável pelo aprimoramento das informações e elaboração de diagnóstico envolvendo idosos referenciados nos serviços socioassistenciais. A partir desse diagnóstico, foram identificadas necessidades como ILPI, Centro-Dia do Idoso e retomada do serviço domiciliar para idosos e pessoas com deficiência. Informou-se que os dados serão apresentados inicialmente aos CRAS e CREAS e, posteriormente, às



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA**  
**Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa**  
Lei Municipal nº 1.425 de 18 de setembro de 2007



organizações. Também foi informado que não há necessidade de contratação de nova empresa, considerando que o cadastro do GSUAS, vinculado ao MDS, utiliza a mesma plataforma. Foi realizada força-tarefa junto aos CRAS para alimentação dos sistemas e atualização das informações das entidades no SISC, sob coordenação técnica da Vigilância. O próximo passo será a integração dos acolhimentos e demais serviços com PIA. Dessa forma, quando houver publicação de edital, já existirão dados suficientes para subsidiar as necessidades do município. Maria Angélica destacou que as vagas sociais se destinam ao atendimento de idosos em situação de vulnerabilidade, sem referência familiar ou por encaminhamento do Ministério Público. Ressaltou que os casos são avaliados pelas ILPIs, que muitas vezes não aceitam demandas predominantemente de saúde. Após ampla discussão sobre o edital e o reordenamento da rede, o assunto foi retirado da pauta. Assunto extrapauta – Projeto Acqua Sênior: Adriano informou que o projeto teve aprovada pelo Conselho a prorrogação por três meses, porém houve parecer jurídico contrário ao aditamento, sugerindo a realização de edital. O parecer também não aprovou a dispensa de chamamento público. Diante disso, sugeriu-se a realização de concorrência pública, com apresentação de propostas pelas instituições interessadas, sendo selecionada a melhor proposta. Adriano sugeriu ainda incluir no edital os apontamentos constantes nos relatórios de visitas do CMDPI, como acessibilidade, entre outros aspectos estruturais, prevendo recursos para adequações, caso a prefeitura não consiga realizá-las diretamente. Foi apresentado investimento estimado de R\$ 95.998,00 para custeio do serviço e até R\$ 50.000,00 para estrutura e adequações, incluindo melhorias como acessibilidade, piscina e equipamentos, até dezembro de 2026. Adriano esclareceu que a piscina se encontra cedida à Secretaria. Também solicitou participação dos conselheiros na comissão responsável. Colocado em deliberação o edital Acqua Sênior, no valor de R\$ 95.998,00 para execução do serviço e até R\$ 50.000,00 para adequações estruturais, a proposta foi aprovada pela plenária. Assunto extrapauta – Programa Talentos Partilhados: Houve apresentação sobre o programa e sobre a forma de contratação dos idosos, realizada via edital, com previsão de prorrogação. Foi discutida a continuidade do programa, que seleciona idosos para ministrar oficinas, oferece ajuda de custo mensal no valor de R\$ 900,00 e promove convivência intergeracional. Foram destacados os seguintes resultados: impacto social e emocional positivo; integração entre diferentes faixas etárias; participação de pessoas com deficiência; reconhecimento do programa, incluindo previsão de espaço específico em novo equipamento público. Quanto às dificuldades, foi apontada a demora na aquisição de materiais devido a entraves licitatórios. Discutiu-se a aprovação da prorrogação do edital por mais um ano, bem como a possibilidade futura de revisão do valor da ajuda de custo e ampliação de vagas por meio de edital complementar. Foi colocada em deliberação a prorrogação do Programa Talentos Partilhados, no valor de R\$ 108.000,00, com recursos do Fundo do Idoso, para o período de junho de 2026 a junho de 2027, contemplando nove idosos. Darlene destacou a exposição realizada pelos idosos no Poupatempo Shopping, com apresentação das peças produzidas pelos participantes. Em seguida, foi aprovada pela plenária a prorrogação do Programa Talentos Partilhados. Ficou definido o levantamento de dados para futura ampliação de vagas por meio de novo edital. Maria Angélica informou ainda sobre a futura instalação de espaço junto ao CRAS para desenvolvimento do projeto. Também foram mencionados depoimentos positivos dos idosos participantes. Outro tema abordado foi o evento Miss e Mister, sendo solicitado ao representante o envio de documentação referente à apresentação de dança e música. Na sequência, tratou-se da minuta do Regimento Interno do CMDPI. Informou-se sobre alteração na lei do conselho, ampliando sua composição, e sobre a necessidade de atualização do regimento interno, já encaminhado aos conselheiros para análise. Também foi apresentada minuta de decreto para regulamentação da lei do Fundo do Idoso, incluindo participação de conselheiros em capacitações fora do município. Os temas serão discutidos na próxima reunião. Foram ainda apresentadas denúncias recebidas por meio do Disque 100 contra farmácias em Cotia, relacionadas à demora no atendimento prioritário e à falta de preparo das equipes. Como encaminhamentos, foram sugeridos: envio de ofício solicitando esclarecimentos e capacitação; articulação com o setor de Indústria e Comércio; e encaminhamento ao Ministério Público, se necessário. O tema será aprofundado na



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA**  
**Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa**  
Lei Municipal nº 1.425 de 18 de setembro de 2007



próxima reunião. Por fim, foi solicitado andamento na aquisição das camisetas para a Caminhada da Pessoa Idosa. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Para constar, lavra-se a presente ata, que segue assinada pela presidente e pela secretária da reunião.

Marcela de Fátima Lino  
Presidente da reunião

Renata da Silva Paredes Pereira  
Secretária do CMDPI